



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheira-Substituta Silvia Monteiro

Tribunal Pleno – **SEÇÃO MUNICIPAL**

Sessão: **3/4/2019**

Exame Prévio de Edital – Referendo e Julgamento

**Processo:** TC-007051.989.19-2  
**Representada:** Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista  
**Responsável:** Maria Aparecida Adomatis – Diretora de Administração  
**Representante:** Luís Gustavo de Arruda Camargo  
**Assunto:** Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Presencial nº 7/19 promovido pela Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista para fornecimento de refeições acondicionadas em marmitex, destinadas aos servidores municipais da Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária, Defesa Civil e para o efetivo da Guarda Municipal.  
**Valor Estimado:** R\$665.395,00  
**Advogados (cadastrados no e-TCESP):** n/c

**EMENTA: LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. ENTREGA DE MARMITEX. SERVIÇO CONTINUADO. REGISTRO DE PREÇOS. VEDAÇÃO À IMPUGNAÇÃO ELETRÔNICA. APRECIÇÃO DE RECURSO PELO PREGOEIRO. ALTERAÇÕES DETERMINADAS.**

**Relatório**

Em exame, representação intentada por LUÍS GUSTAVO DE ARRUDA CAMARGO visando ao Exame Prévio do Edital do pregão presencial nº 7/19 promovido pela Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista para fornecimento de refeições acondicionadas em marmitex, destinadas aos servidores municipais da Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária, Defesa Civil e para o efetivo da Guarda Municipal.

O edital é datado de 19/2/19, a representação foi protocolizada em 28/2/19, o recebimento das propostas e abertura estavam previstos para ocorrer dia 8/3/19 e o edital é de conhecimento público.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

O representante questiona:

- a) adoção de sistema de registro de preços para objeto de natureza continuada, uma vez que o edital prevê entregas diárias, de segunda-feira a domingo, para almoço e jantar, com horários de entrega estabelecidos.
- b) não há especificação de endereços de entrega nem das quantidades diárias, o que prejudica a elaboração das propostas.
- c) a possibilidade de impugnação ao edital é limitada apenas por escrito e em local específico, não havendo a opção de questionamentos on line, o que é burocrático, gera custos aos interessados e vai de encontro ao disposto no artigo 8º, II, da Lei 12527/11.
- d) regramento estabelecendo que recursos administrativos devem ser endereçados ao próprio pregoeiro, o que ofende os princípios do duplo grau de jurisdição e segregação de funções.
- e) exigência de alvará da vigilância sanitária apenas para a vencedora, sendo que deveria ser condição habilitatória.

Em razão de aspectos que recomendavam o exame do ato cuja legalidade se pôs sob suspeita, inclusive em virtude da jurisprudência desta Corte, a fim de evitar possível prejuízo à competição e violação irreparável a direito e uma vez preenchidos os requisitos arrolados no §2º do artigo 220 do Regimento Interno deste Tribunal, foi determinada a suspensão do certame e oficiamento à Origem para que encaminhasse a esta Corte, em prazo não superior a 48(quarenta e oito) horas, conforme previsto no artigo 222 do Regimento Interno, cópia do edital impugnado para o exame previsto no §2º do artigo 113 da Lei n. 8.666/93, além de justificativas para as questões suscitadas, determinando aos responsáveis, inclusive, que se abstivessem da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

prática de quaisquer atos relacionados ao presente certame, até sua deliberação final.

Em atendimento, a origem compareceu aos autos e defendeu a legalidade da adoção do sistema de registro de preços por entender previamente indefinido o quantitativo a ser demandado.

Explicou que o regramento para a impugnação ao edital tem fundamento no fato do processo de licitação ser físico.

Afirmou que o edital estabeleceu os locais de entrega das marmitex nos itens 13.3 a 13.5.

Esclareceu que não há previsão para que o pregoeiro aprecie o teor dos recursos, mas apenas faça julgamento de admissibilidade.

Por fim, a exigência de alvará da vigilância sanitária apenas para a empresa vencedora é medida de desburocratização.

O Ministério Público de Contas considerou a representação parcialmente procedente.

É o relatório.

fc.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-007051.989.19-2

De início, peço **referendo** da decisão que suspendeu a licitação.

A crítica à exigência de apresentação de autorização da vigilância sanitária direcionada apenas à contratada não enseja reparo no edital.

Primeiro, porque a lei do pregão não exige a previsão de todos os requisitos habilitatórios estabelecidos na lei de licitações. Segundo, porque a finalidade será atingida, uma vez que não será contratada empresa que não apresentar esse documento.

Os demais questionamentos, no entanto, procedem.

Acompanho o MPC quando afirma que não cabe a adoção do sistema de registro de preços para serviços com entrega certa e diária, com elaboração de cardápios semanais, como é o caso em apreço. Todos esses aspectos evidenciam o caráter contínuo do serviço.

Esse ponto, por si só, impõe a anulação do certame.

Quanto às outras impugnações, o edital deve prever todos os endereços de entrega das marmitex, uma vez que é aspecto diretamente relacionado ao custo e interfere na elaboração das propostas.

Não há nenhuma justificativa plausível para o recebimento de impugnações ao edital exclusivamente por meio físico. Nem mesmo a afirmação de que o próprio processo de licitação é físico permite esse tipo de imposição, até porque pode ser feita a simples impressão da impugnação eletrônica e juntada ao processo.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

O edital é dúbio em relação ao papel do pregoeiro na apreciação dos recursos, o que exige nova redação com o fim de deixar expresso que seu juízo se restringirá à esfera da aceitabilidade e não do mérito.

Diante do exposto, voto pela **procedência parcial** da representação, para determinar a **anulação** do procedimento. Em caso de retomar o processo de licitação, deve a origem corrigir o ato convocatório para:

(1)excluir do edital as condições para a adoção do sistema de registro de preços.

(2)prever todos os endereços de entrega das marmitex.

(3)permitir impugnação do edital por meio eletrônico.

(4)definir claramente o papel do pregoeiro na apreciação de recursos administrativos.

A Administração deverá ainda publicar o novo texto do edital e reabrir o prazo legal para oferecimento das propostas, nos moldes do artigo 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Com o trânsito em julgado, archive-se o processo.